

e-ISSN: 1981-8416

INTER●AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

46

Goiânia, n. 2 maio/ago. 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Reitor
Edward Madureira Brasil



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Direção
Luéli Nogueira Duarte da Silva
Amone Inácia Alves

EDITORA

Diane Valdez

EDITORA ADJUNTA

Miriam Fábria Alves

SECRETARIO EXECUTIVO

Rodrigo Gouvêa Rodrigues

COMITÊ EDITORIAL

André Barcelos Carlos de Souza, Catarina de Almeida Santos, Ged Guimarães, Karine Nunes de Moraes, Kellen Cristina Prado da Silva, Liliâne Barros de Almeida, Márcio Penna Corte Real, Rachel Benta Messias Bastos, Wanderson Ferreira Alves.

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Mendes Catani, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Andréia Ferreira da Silva, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Andrés Franco Aguilar, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
Ângelo Ricardo de Souza, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil
Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho (U.MINHO), Braga, Portugal
Armando Alcântara Santuário, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), C. de México, D.F. México
Belmiro Gil Cabrito, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Bruno Bontempi Júnior, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil
Catalina Rivera Guitierrez, Universidad Católica de Temoco, Chile
Cecília Hanna Mate, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Eleonora Badilla Saxe, Universidad La Salle, Costa Rica
Elizabeth Miranda Lima, Universidade Federal do Acre (UFAC), Acre, Brasil
Emílio Peres Facas, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil
François Vatin, Université de Paris X, Nanterre, França
Helena Modzelevski, Universidad de la Republica, Chile
Hermínia Hernández Fernández, Universidad de la Habana, Cuba
Hilda Mar Rodríguez Gómez, Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia
Humberto Humbane, Universidade de Maputo (UP), Moçambique
Jane Bezerra de Sousa, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Piauí, Brasil
José Carlos Libâneo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás, Brasil
José Gonzáles Monteagudo, Universidad de Sevilla, Espanha
José Leon Crochik, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil
Lia Machado Fiuza Fialho, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará, Brasil
Luciana Esmeralda Ostetto, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Luisa Cerdeira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Márcia Angela da Silva Aguiar, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
Maria Cristina Parra Sandoval, Universidad del Zulia (LUZ), Maracaibo, Zulia, Venezuela
Maria D. Espíndola Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil
Mariana Cunha Pereira, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Roraima, Brasil
Marília Costa Morosini, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil
Mário Luiz Neves de Azevedo, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil
Mirza Seabra Toschi, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

Mônica Martins, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil
Monique Andries Nogueira, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
Nádia Cuiabano Kunze, Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Mato Grosso, Brasil
Pedro Ribeiro Mucharreira, Universidade de Lisboa (ULISBOA), Lisboa, Portugal
Pérsida da Silva R. Miki, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas, Brasil
Raul Bernal Meza, Universidad Nacional del Centro (UnicEN), Tandil, Buenos Aires, Argentina
Roberto Akira Goto, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil
Roberto Donoso Torres, Universidad de los Andes, Mérida, Venezuela
Regina Célia Padovan, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantins, Brasil
Sauloéber Tarsio de Souza, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil
Sonia Xavier de Almeida Borges, Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, Brasil
Tristan McCowan, University College London (UCL), London, United Kingdom
Vera Lúcia Jacob Chaves, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Inter-Ação é o periódico semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UFG. Seu objetivo consiste em publicar, mediante avaliação no sistema duplo-cego de pareceristas ad hoc e de membros do Conselho científico, trabalhos inéditos resultantes de estudos teóricos e pesquisas sobre a educação, abrangendo as seguintes linhas de pesquisa: Educação, trabalho e movimentos sociais; Estado, políticas e história da educação; Cultura e processos educacionais; Formação, profissionalização docente, práticas educativas; Fundamentos dos processos educativos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

INTER●AÇÃO

Revista da Faculdade de Educação da UFG

46

Goiânia, n. 2 maio/ago. 2021

Coordenadoras do dossiê:
Valquíria Elita Renk
Elaine Cátia Falcade Maschio

Editoração Científica
Ana Maria de Moraes - Revisora
Érika Demachki Aguiar – Técnico - Administrativa
Jorge Lucas Marcelo dos Santos - Revisor
Jaqueline Taketsugu Alves da Silva - Bibliotecária
Janaynne Carvalho do Amaral - Revisor
Keslley Albano da Silva - Designer
Liliane Juvência Azevedo Ferreira - Bibliotecária
Luiz Carlos Siqueira Filho - Revisor
Maria Ayeska Andrade Echegaray - Revisor
Priscila da Silva Neves Lima – Técnico - Administrativa

Revisão de Ementa:
Keila Matida de Melo
Sônia Maria Rodrigues

Ilustração da capa:
Amanhã Ontem – Ana Maranhão (2020)

Diagramação dos trabalhos:
Rodrigo Gouvêa Rodrigues

Apoio especial:
Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas da UFG

Ficha catalográfica

INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 1, 1975 – Goiânia: FE/PPGE/UFG, 1975, v. 46, n. 2, maio/ago. 2021.

Quadrimestral.
ISSN: 1981-8416

1. Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação – Periódicos.

CDU 370

Indexada em:
Bibliografia Brasileira de Educação – BBE. CIBEC/INEP/MEC
Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)
DOAJ (Directory of Open Access Journals)
Edubase (Faculdade de Educação da Unicamp – Brasil)
Educ@ (Fundação Carlos Chagas – Brasil)
EZB (Electronic Journals Library)
Iresie (Indice de Revistas de Educación Superior y Investigación – México)
IBICT/SEER (<http://seer.ibict.br>)
Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal)
Ulrich's Periodicals Directory
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)
Portal de Periódicos CAPES

APRESENTAÇÃO

Como parte da natureza humana, os deslocamentos (i) migratórios internacionais constituem um fenômeno social que implicou, e que continuam ainda a aludir na atualidade, significativas modificações no cenário mundial. Compreendendo a historicidade do fenômeno, cumpre ressaltar que os grupos humanos migram em busca de melhores condições de vida. Por meio das migrações históricas de ultramar, dos intercâmbios inter-regionais ou das migrações internacionais contemporâneas, os sujeitos que imigram levam na bagagem as memórias e as marcas deixadas pelas experiências de seus países de origem. E, por conseguinte, trazem consigo a esperança do recomeçar.

De acordo com o Relatório de Migração Global, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), órgão das Nações Unidas, publicado em novembro de 2019, o número de migrantes internacionais soma hoje 272 milhões, caracterizando 3,5% da população global. Conforme o Panorama Social da América Latina produzido pela CEPAL, a população migrante latino americana representa 15% desse montante global. Estimada em 40,5 milhões de pessoas, grande parte desse número, é produto de intercâmbios inter-regionais¹.

Infelizmente, as razões que desencadearam os processos (i) migratórios internacionais ao longo dos anos, e que continuam ainda hoje a mobilizar significativas levadas de pessoas a abandonarem os seus lugares de nascimento, estão relacionadas quase que em sua totalidade a problemas socioeconômicos. As dificuldades decorrentes do desgaste econômico e político dos países, as quais intensificadas pela pobreza e desigualdades sociais produzem a falta ou a precarização do trabalho e, conseqüentemente, a fome, têm configurado uma parte considerável do conjunto desses fatores. Todavia, nem sempre a pobreza é a única responsável pelos deslocamentos.

Os diferentes cenários de crises provocadas pelos desastres ambientais, ou pelas mais variadas formas de violência, geradas pelos conflitos armados, perseguições políticas, ideológicas, relações de poder, discriminações étnico-raciais, culturais ou religiosas consistem em elementos motivadores de grande envergadura.

Por outro lado, o processo de mobilidade humana internacional é tributário de muitos outros problemas. No decorrer do século XIX, a entrada de imigrantes de diferentes nacionalidades deflagrava, no interior dos principais centros urbanos do país, um cenário de hostilidades. A circulação de indivíduos (adultos, jovens e crianças) que aqui aportavam colocava em evidência a vulnerabilidade dos que vinham sem nenhum contrato de trabalho, enganados e explorados pelos agenciadores ou sem dinheiro para se deslocarem até as fazendas ou colônias das quais foram arregimentados. A formação de uma massa populacional que consumia seus dias a vagar pelas ruas, suplicando ocupação ou assumindo dívidas pesadas para poder sobreviver, intensificava as condições de criminalidade. As migrações internacionais contemporâneas continuam sendo eivadas por essas mesmas mazelas, acrescidas de outros problemas, como a intensificação do tráfico humano. Diante disso, muitos países começaram a empreender medidas que buscassem restringir a entrada de imigrantes.

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Panorama Social da América Latina, 2019. **Resumo executivo** (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

Não obstante a isso, a representação e o imaginário social que se construía, e que se forja também nos dias de hoje, em torno da imagem do imigrante configuram diferentes formas de enfrentamentos da discriminação e xenofobia com os quais muitos deles ainda têm de lidar. Motivadas pelas relações étnico-raciais ou pela sensação de ameaça do outro, a condição em que muitos imigrantes e refugiados são submetidos evocam do Estado um posicionamento de proteção, o qual muitas vezes este não está disposto a assumir. O direito a educação à infância e juventude imigrante/refugiada é um deles.

Sabe-se que os diferentes momentos históricos individualizaram a atuação das sociedades receptoras, que ora reclamaram a entrada de imigrantes, ora refutaram a presença estrangeira. Nos três últimos séculos o Brasil recebeu de forma expressiva grupos de imigrantes de diferentes etnias. A entrada do estrangeiro no século XIX configurou uma política pública governamental, que trouxe para cá alemães, italianos, eslavos, suíços, franceses, ingleses, japoneses, árabes, entre outros. Buscava-se, com a fixação do elemento imigrante, substituir a mão de obra escrava, em função dos ácidos debates em torno da abolição da escravatura. Ademais, o projeto imigrantista procurava garantir no âmbito nacional a ocupação dos territórios de fronteira com a colonização das áreas limítrofes em conflito. Por fim, pretendia-se a implantação da campanha de branqueamento da população brasileira, que trazia em seu bojo os discursos eugênicos que atrelavam a civilização e o progresso à questão étnica, tornando necessário constituir uma nação brasileira branca. Assim, a política imigrantista do governo brasileiro preconizou naquele período a entrada de grupos familiares de estrangeiros para o desenvolvimento da agricultura de subsistência e a venda de excedentes no sul do país, ou para os trabalhos nas fazendas de café no sudeste. Para isso, o imigrante idealizado pelo governo deveria congrega os elementos culturais, como: afeição para trabalho, integridade e a religiosidade².

A educação dos filhos desses imigrantes no século XIX e início do século XX, assim como a garantia da escolarização pública da infância estrangeira, perpassou por duas representações que reverberaram na ausência e na presença do Estado na promoção de políticas de atendimento escolar. Num primeiro momento, em muitas regiões de colonização estrangeira do país, o local para a construção de uma escola ou mesmo os subsídios para a educação da infância imigrante não foi previsto na organização das colônias. Essa questão foi delegada para a própria comunidade imigrante, que empreendeu muitas vezes sozinha, a responsabilidade pelo ensino. A ausência do Estado brasileiro nas questões de educação e ensino do imigrante mobilizou a constituição de processos de escolarização étnica entre alemães, italianos, eslavos e japoneses, por exemplo, que ocupavam as áreas de colonização estrangeiras.

Em um segundo momento do contexto da imigração histórica, o Estado brasileiro passou a dispor sobre o ensino nas colônias, instituindo as campanhas de nacionalização do ensino, que previam, além da aprendizagem compulsória da língua portuguesa, o fechamento das escolas étnicas, o combate ao bilinguismo e a proibição das diferentes formas de manifestação da cultura de origem desses imigrantes, incidindo sobre eles severas punições.

Ocorrido mais especificamente a partir de meados do século XX, a migração para o Brasil apresentou novas configurações, caracterizadas pelo influxo de indivíduos

² RENK, Valquíria Elita; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Por uma história da escola primária no contexto da imigração: experiências de escolarização entre imigrantes eslavos e peninsulares itálicos no Paraná. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 20, n. 1, maio 2020. p. 1-27.

provenientes principalmente dos países vizinhos da América Latina. Distinguindo-se das grandes epopeias que caracterizaram a segunda quinzena do século XIX até a primeira metade do século XX, o fenômeno migratório internacional contemporâneo se configurou de forma mais intensa e diversificada e não como política de governo. Ao contrário, a legislação da década de 1980 buscava resguardar o Estado brasileiro do elemento estrangeiro. Sendo recentemente substituída pela Lei de Migração, as problemáticas dos movimentos migratórios são tratadas à luz dos Direitos Humanos, tendo em vista que ao se relacionar com a sociedade receptora, o imigrante/refugiado encontra uma série de dificuldades para vê-los garantidos.

Dessa forma, com o aumento do número de alunos imigrantes e refugiados nas escolas públicas brasileiras, a educação nos contextos (i) migratórios no interm dos séculos XX e XXI se configura igualmente como uma importante agenda de pesquisa. Cumpre notar a problemática da educação e escolarização da infância boliviana em São Paulo a partir da década de 1990; o processo de inserção e escolarização de crianças e jovens haitianos, senegaleses e ganeses nas escolas públicas de diversos estados brasileiros; ou mesmo, os enfrentamentos no atendimento educativo dos imigrantes e refugiados venezuelanos, por exemplo.

Nesse sentido, o dossiê reúne um conjunto de artigos que discutem a educação e escolarização dos (i) migrantes no Brasil a partir da problemática dos processos (i) migratórios do período que recobre o interm dos séculos XIX e XXI. Em perspectiva histórica e contemporânea, foram acolhidas as pesquisas desenvolvidas nas diversas áreas do conhecimento que envolvem as ciências sociais e humanas. Em especial, foram privilegiadas as investigações que problematizam a educação e a escolarização como direito, e que lançam mão de compreender as políticas e práticas educativas destinadas à população imigrante.

Foram recebidos inúmeros artigos sobre a proposta do Dossiê, o que mostra que a pesquisa no Brasil, apesar das restrições da pandemia Covid-19, é bastante ativa. Os artigos podem ser apresentados, 'grosso modo', em dois grandes eixos:

- a) um que discute a escola de imigrantes, considerando as diferentes etnias, desde o final do século XIX até meados do século XX. Neste eixo, os artigos abordam uma infância escolar, vivenciando diferentes processos de escolaridade e tensões entre manutenção de uma identidade étnica 'estrangeira' e os processos de nacionalização. Neste processo revelam-se espaços, territórios em disputa e jogos de poder entre as comunidades, as Igrejas e o Estado;
- b) O outro eixo é composto por artigos que trazem a temática em perspectiva mais contemporânea, de diferentes processos de imigração. Trazem a contemporaneidade das discussões sobre a busca do direito à educação, das políticas de acolhimento a estes migrantes, das inúmeras situações de vulnerabilidades que estas crianças e jovens estão expostos, da (falta) de políticas públicas de inclusão escolar.

Os artigos que compõem este dossiê mostram as múltiplas experiências de infâncias e de processos de escolarização, os diferentes contextos de vulnerabilidade que estes sujeitos vivenciaram e vivenciam e os desafios das escolas públicas diante da presença de crianças, adolescentes e jovens estrangeiros.

Diante das temáticas apresentadas nos artigos, considera-se que a análise das migrações internacionais do passado e do presente tem como ponto articulador a educação e a escola como direitos, configura uma ação importante para as reflexões sobre os caminhos a se trilhar no atendimento das populações em trânsito.

Compreender os impactos dos influxos de diferentes grupos étnicos na organização da sociedade brasileira e na constituição dos processos educativos nos possibilita pensar a definição de políticas públicas e sociais que envolvam o atendimento dessa significativa parcela da população mundial, especialmente aquelas relacionadas à infância e a juventude (i) migrante.

Convidamos os leitores e as leitoras a conhecer este novo número da Revista Inter-Ação.

Profa. Dra. Elaine Cátia Falcade Maschio (UCS)
Profa, Dra. Valquíria Elita Renk (PUC-PR)
Coordenadoras do Dossiê

Goiânia, agosto de 2021.